



TRAMAS E REDES, FIOS QUE TECEM A ESCRAVIDÃO E A RAÇA NO ROMANCE *O ESCRAVO*, DE JOSÉ EVARISTO DE ALMEIDA

Susanne Castrillon (UNEMAT)

RESUMO: Com sua ação passada em Cabo Verde, o romance *O escravo* está vinculado à história da literatura cabo-verdiana, sendo considerado por alguns críticos como o primeiro romance daquela literatura. No enfoque proposto, investigamos as conexões entre a escravidão e a raça no tecido do discurso do romance, que possui tramas e redes narrativas envolvendo conflitos político-históricos e culturais, principalmente pelo viés da miscigenação por coerção, no contexto da escravidão colonial em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: literatura cabo-verdiana, escravidão, raça

PLOTS AND NETS: THREADS THAT WEAVE SLAVERY AND RACE IN THE NOVEL *THE SLAVE* BY JOSÉ EVARISTO DE ALMEIDA

ABSTRACT: Set in Cape Verde, the novel *The slave* is connected to the history of Cape Verdean literature. It is considered by some literary critics as the first novel in Cape Verde. Thus, the approach proposed in this article is to try to find the connections between slavery and race in the discourse weaved in this novel, which features narrative plots and nets that involve political, cultural, and historical conflicts, especially from the perspective of racial miscegenation through coercion, in the context of colonial slavery in which they are inserted.

KEYWORDS: Cape Verdean literature, slavery, race



Introdução

Nos diversos romances do século XIX que tratam da escravidão no período colonial, observa-se que, *grosso modo*, ora ela servirá de pano de fundo, ora será o centro da diegese na forma de denúncia. Algumas das obras idealizaram as personagens escravas, negras e mulatas, porém, atribuindo-lhes traços de uma dama da corte ou de um membro da burguesia, totalmente revestidos de europeidade.

Isso porque o romance, como produto criado no Romantismo, tinha nos países de língua portuguesa, além da função de fruição, o compromisso ante sua época e as ideias que o motivaram. O escritor ganha uma nova consciência do seu papel em relação às massas ao perceber que, no ideário da estética romântica, exerce a função de instrutor informal do público leitor.

Dessa forma, nas digressões de narradores de romance, encontra-se a crítica à escravatura pelo predomínio da “superioridade racional e da moral dos argumentos antiescravagistas, [...] pelas motivações bíblicas, teológicas e [pelo] sentimento humanitário” (SOBRERA, 1998, p. 69). Pode-se considerar que, com a causa abolicionista – discutida na imprensa a partir da metade dos oitocentos, por medidas legislativas tendentes à abolição, como o Decreto de 14 de dezembro de 1854, que dispunha que os escravos nascidos a partir dessa época, assim como os não registrados, eram considerados livres –, foi estimulado o interesse temático pela escravidão no romance.

Em *Pele negra, máscaras brancas* (2006), Frantz Fanon revoluciona a visão dos temas que envolvem preconceitos, como é o caso das temáticas da escravidão e da raça negra. Para o escritor, o discurso sobre o negro opera como negação da personalidade do outro, pois, além de contribuir para a repressão individual, a exploração econômica e a negação da consciência de si, projeta um ideal de superioridade do branco sobre o negro, favorecendo a destruição da cultura própria desse último.

A questão do posicionamento do sujeito no discurso estereotipado do colonialismo denuncia a fixação (enquanto racismo) de uma consciência do corpo que nega a si mesmo: “[...] o Negro não deve mais encontrar-se colocado diante deste dilema: embranquecer ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir” (FANON, 2006, p. 131).

O estereótipo do negro elaborado pelo branco impede a circulação e articulação do significante da raça, a não ser em sua fixação enquanto racismo. Fanon descreve o efeito desse processo sobre a cultura colonizada. Para ele, o sujeito marginalizado pela sua condição de raça e escravidão deve tomar consciência de si, de sua história e mobilizar-se, ampliando, assim, o sistema de referências pelo qual conseguirá reverter a destruição dos seus valores culturais.



O escravo é uma obra expressiva do escritor José Evaristo de Almeida que recria parte da história da condição de subalternidade vivida pela população negra escrava cabo-verdiana em meados do século XIX. Seu autor nasceu em Portugal no século XIX e morreu na Guiné-Bissau no século XX, vivendo o tempo suficiente para participar de vários episódios históricos nas mudanças políticas e socioculturais que caracterizaram a vida colonial portuguesa no século XIX.

O escravo foi publicado em forma de livro em Lisboa, em 1856. Em Cabo Verde foi publicado pela primeira vez em forma de folheto em *A voz de Cabo Verde*, Praia, do nº 244, de 22/05/1916, até o nº 294, de 21/05/1917 (CARRIJO, 2008, p. 17). A segunda edição da obra foi impressa em 1989, com uma tiragem de 600 exemplares, e preparada por Manuel Ferreira que, em *Notícia*, avalia o romance como “fundador da ficção cabo-verdiana” (ALMEIDA, 1989, p. 8). Da mesma maneira o faz Manuel da Veiga no Prefácio que escreve para essa mesma edição:

Não há dúvidas de que a obra de José Evaristo de Almeida poderia, perfeitamente, ser escrita por um cabo-verdiano. Aliás, se não tivéssemos aprendido, com Manuel Ferreira, que ele era português, nós, depois da leitura de *O Escravo*, não teríamos dúvidas sobre sua caboverdianidade. Cremos que sendo ele originário de Portugal, a sua vivência, porém, era cabo-verdiana (VEIGA, 1989, p. 24).

Simone Caputo Gomes (2008) escreve que a obra

[...] se enquadra no âmbito da literatura cabo-verdiana, embora não seja escritor cabo-verdiano. Seu romance é considerado o primeiro do percurso literário crioulo, mas não sem alguns dilemas de perspectiva, a começar pelo veículo utilizado, a língua portuguesa, recheada, no entanto, de criouldade (GOMES, 2008, p. 03).

O romance *O escravo* se coloca no âmbito da estética romântica iniciada em Portugal com *Camões* (1825), de Almeida Garrett, e, no Brasil, com *Suspiros poéticos e saudades* (1836), de Gonçalves de Magalhães. Sabe-se que, a partir do Romantismo, os ideais clássicos foram sendo abandonados, bem como as regras de composição e de caráter prescritivo da crítica. Pensadores alemães, como Schiller e Goethe, propunham uma nova literatura, na qual os aspectos sentimentais, reflexivos e pessoais preponderassem, tornando-se, assim, infinitas as possibilidades de composições artísticas. Além disso, o sentimento nacional exprimia o pensamento de que “a nação e o povo não são senão versões colectivas do ‘individual’” (BUESCU, 1994, p. 72). Dessa forma, com o advento do Romantismo, a história pessoal do sujeito refletia intimamente a história da Nação.



1. O lugar do romance colonial em Cabo Verde e a conflitualidade político-cultural

O lugar de movimentação da colonização é, por condição inerente, gerador de conflitos. Isso porque, como conjunto, espelha um abstruso confronto entre o poder colonizador e os povos escravizados. É nesse contexto que José Evaristo de Almeida se inscreve, oferecendo, pela construção imagética do espaço geográfico e histórico de *O escravo*, as bases iniciais da literatura nacional de Cabo Verde. Almeida apreende aspectos importantes do Cabo Verde em formação, apresenta ao seu leitor a composição híbrida estabelecida pelos contatos entre os diversos povos que constituíam a população das ilhas, e atribui o papel de heróis-protagonistas a um negro escravo e a uma mestiça.

Ao tratar da temática da escravidão no romance, assume posições que podem defini-lo como um progressista naquele momento, denunciando os abusos da escravatura e as falhas do modelo colonial. Nesse sentido, Caputo Gomes (2008) salienta que *O escravo*:

[...] testemunha, em estilo romântico-realista, as atribulações de um amor camiliano (a escravatura do amor) condenado pelas barreiras de raça e classe e, ao mesmo tempo, a formação de uma sociedade com identidade crioula prestes a se desembaraçar do sistema escravocrata (a escravatura de condição) e dos seus ranços racialistas (GOMES, 2008, p. 01).

Segundo Antonio Carreira (1972), o modelo de colonização portuguesa em Cabo Verde teve início com a doação da ilha de Santiago a um nobre, o infante D. Fernando, como recompensa pelos serviços prestados à Coroa. Esse mecanismo político era importante para o rei, pois, assim, abstinha-se da tarefa de povoamento da ilha de Santiago e, ao mesmo tempo, concedia privilégios ao donatário, tal qual a plena jurisdição sobre as terras doadas. Em compensação, a nobreza servia ao rei pelo exercício de cargos militares e administrativos.

Mesmo assim, o povoamento da ilha de Santiago foi comprometido pelos baixos incentivos econômicos propostos por D. Fernando, pela falta de colonos portugueses dispostos a viver nela – dada a longa distância de Portugal –, e pela dificuldade de adaptação ao clima árido e às condições de insalubridade e epidemias. Por isso, foram criadas estratégias de povoamento: ofereceu-se aos moradores um conjunto de incentivos na forma de privilégios, os quais abrangiam isenção fiscal e alguns privilégios de direito.

Assim, a Carta de 12 de junho de 1466 outorgou um conjunto de poderes aos moradores de Santiago, sobretudo, o de estabelecer o comércio de escravos entre Senegâmbia e a Europa, medida, então, que determinou a organização de uma sociedade escravagista em Cabo Ver-



de (SILVA, 1995a, v. II, p. 1-16). O comércio de escravos era já uma prática de Portugal e outras potências colonizadoras, como Inglaterra, Holanda, Espanha e França.

Após a descoberta das Antilhas, Cabo Verde tornou-se um grande entreposto do comércio de escravos. Na ilha de Santiago, muitos escravos passavam pelo processo de ladinização, um programa mínimo de “educação” que consistia no ensino de rudimentos de catequese e da língua portuguesa. Essa prática acaba por conduzir à distinção entre dois tipos de escravos: o escravo ladino que passara pela referida aprendizagem e já estava um tanto modificado, tendo por isso um valor maior; e o escravo boçal que, não tendo tido essa oportunidade, era considerado inferior.

O processo de benefícios cedidos para o tráfico de escravos aos moradores de Santiago ocorreu até a primeira metade do século XVI, passando, posteriormente, “[...] para as companhias particulares, que representam maior rentabilidade e menor risco [...]” (CARRIJO, 2008, p. 11).

Assim, o escravo africano como recurso – uma das condições necessárias para o sucesso da ocupação da ilha de Santiago –, tornou-se efetivo pelo privilégio concedido aos moradores para praticar o livre comércio de escravos na costa africana. Afinal, a própria colonização girava em torno do tráfico de escravos, concentrado nas mãos dos moradores com o privilégio de serem “os únicos que podiam adquirir escravos” (AMARAL, 1964, p. 190) e ter o trabalho da agricultura garantido. Durante os setecentos e o primeiro quarto dos oitocentos, a atividade da agricultura passa por um declínio, explicado pelo governo de Cabo Verde, sobretudo, pela “ineficiência”, “frouxidão” e “fraca disposição para o trabalho” por parte dos escravos.

Depois de uma longa fase de pujança, o comércio de escravos começará a ser contestado e a ser objeto de mecanismos legais que visavam, primeiro, a controlá-lo e, mais tarde, erradicá-lo. Apesar disso, Portugal será um dos países que persistirá até tarde no tráfico clandestino. Em Cabo Verde, de acordo com CARREIRA (1972, p. 383-84), apesar das medidas proibitivas e da vigilância constante, só em 1856 se concluiu o inventário normal dos escravos, num processo que visava à libertação dos que eram propriedade do Estado e à preparação para a cessação definitiva da servidão. Embora abolida formalmente, a escravatura persistiria ainda até 1877, derrotada pela pressão mundial e pelas sucessivas revoltas de suas vítimas.

Com os vários acordos para a proibição do tráfico, derivado da assinatura dos tratados entre Portugal e Inglaterra, o morgado, espécie de propriedade inalienável vinculada ao instituidor português, tem que se adaptar à proibição da escravatura e a outro regime de trabalho. Para Silva, é o que “[...] marca a queda do morgado, explorado diretamente



pela mão de obra escrava como elementos centrais da constituição e do funcionamento do sistema escravista” (1995b, v. II, p. 389).

Esses acordos estabelecidos várias vezes na história de Cabo Verde deixam de ser cumpridos, gerando conflitos como os expostos no enredo de *O escravo*, ao apresentar o personagem pai de Maria, conforme estudado à frente, longe do convívio familiar, em diligência para a Guiné, para que resolva os protestos rebeldes dos gentios de Geba.

Antonio Carreira, em *Cabo Verde – formação e extinção de uma sociedade escravocrata* (1983), lê o romance *O escravo* como uma representação do Monteagro, onde se preparou a malograda insurreição antiescravista protagonizada por um grupo de escravos que pretendia extinguir a sociedade escravocrata, assassinando os senhores brancos e tomando conta da ilha de Santiago. O crítico acrescenta que os cabeças de revolta foram denunciados, condenados e mortos. Os acontecimentos de Monteagro são antecidos, em 1822, pela Revolta dos Engenhos, que inicia um ciclo de revoltas em Cabo Verde.

Pondera-se, aqui, que o romance, ao participar do período de desagregação da sociedade escravocrata, apresenta a ilha de Santiago como espaço de insegurança política para as elites que “[...] motivará os esforços da Coroa portuguesa no sentido de encontrar uma nova capital para o arquipélago, na ilha de S. Vicente” (GOMES, 2008, p. 02). É nesse ambiente de crise interna, de disputa entre liberais e absolutistas, entre grandes proprietários e pequenos rendeiros, em meio às rebeliões e revoltas, que se situa a diegese do romance *O escravo*.

2. Tramas e redes, fios que tecem a escravidão e a raça em *O escravo*

O romance *O escravo* divide-se em dezenove capítulos e está ambientado na ilha de Santiago, em Cabo Verde. A narrativa gira em torno do amor incondicional do negro e escravo João por sua senhora, Maria, mestiça livre, filha de um sargento indígena e de uma mulata da elite. A narrativa se passa no ano de 1835 e inicia-se com a descrição da casa de Maria, localizada na Vila da Praia. A primeira providência do narrador é atribuir verossimilhança à sua diegese, situando-a geográfica e historicamente.

Em 1835 o sitio de B..., pouco mais de meia légua distante da Vila da Praia da ilha de São Tiago – uma das ilhas de Cabo Verde – não tinha ainda experimentado os melhoramentos, que hoje lhe dão a aparência de uma quinta européia. [...] E assim era; por quanto, na manhã de 2 de fevereiro do referido ano, quem aí chegasse, observaria uma cena pouco vulgar na Zona tórrida – a conversação quase familiar de uma senhora com o escravo (ALMEIDA, 1989, p. 26).



As referências à história de revoltas em Cabo Verde, mais adiante no texto, fazem com que a ação narrada ancore-se nas referências internas a que remete a produção do romance. Os recursos empregados pelo narrador criam efeitos de realidade no discurso, tornando-o credível e de maior verossimilhança, visto que tais revoltas de fato se deram¹.

Às duas horas da madrugada do dia 22 de março de 1835, uma escolta de dez homens saiu do quartel, e foi postar-se às entradas da habitação do prefeito [...]. A casa do tenente-coronel foi a última a que se dirigiram: este acordado para ir receber as últimas disposições de um moribundo oficial que chamava – segundo lhe dissera o seu impedido –foi agarrado [...] Ao começar da rua, a tropa, formada no quartel, rompeu em um entusiasmo viva a el-rei D. Miguel I: depois saiu toda fazendo acompanhar a música levando na sua frente Lopes, elevado à categoria de comandante [...] (ALMEIDA, 1989, p. 131-32).

O narrador marca a diegese numa sequência cronológica simples, fixando datas, horários e dêiticos temporais nos encadeamentos dos fatos das ações. A intriga inicia-se em 22 de fevereiro de 1835 e termina com a partida de Maria e sua mãe para Guiné, dois meses depois. Nesse primeiro capítulo, a personagem negra João apresenta a revolta dos negros na ilha de São Domingos, ocorrida na última década do século XVIII, que conduziu à abolição da escravatura, em 1794, e à independência do Haiti, em 1804:

Numa ocasião reparei com a história da revolta de São Domingos. Ah! Essa noite foi para mim de um prazer indefinível! A narração das proezas daqueles negros despertou em meu peito sensações, até então, para mim desconhecidas. A ambição da glória entrou no meu espírito; esqueci o que eu era: julguei-me livre!...Oh! e tão livre, que ao meu lado prendia uma espada... o delírio apossou-se do meu cérebro... e eu corria... corria com o fim de libertar meus irmãos do cativeiro (ALMEIDA, 1989, p. 29).

Posteriormente, no segundo capítulo, ao apresentar a família de Maria, o narrador dialoga com outra informação histórica de Cabo Verde quando trata da forma de governo estabelecida na Colônia:

No ano de 1812 governava a Província de Cabo Verde D. Antonio Coutinho de Lencastre. Os governadores, nessa época, intitulavam-se Capitães-gerais, e tinham prerrogati-

¹ Cláudia Almeida (2009) salienta que no romance consta a revolta dos soldados de 1835, que está associada ao processo liberal iniciado em Portugal na década de 1820. Em Cabo Verde ocorrem duas revoltas no referido ano: uma militar e outra de escravos. Em *O escravo* há apenas referência ao levante miguelista, do qual participaram soldados insatisfeitos, instigados pela personagem Lopes, isentando, assim, a participação dos escravos.



vas, que hoje não se consentem aos atuais governadores. Uma, de não pequena monta, era a de poderem promover os oficiais subalternos até a patente de Capitão inclusive (ALMEIDA, 1989, p. 33).

Nesse mesmo capítulo, o narrador noticia o conflito entre a tropa do exército português e os gentios de Geba:

Havia seis meses que Cláudio – pai de Maria – tinha partido. Escrevera já duas vezes, na última – recebida pouco antes da conversação relatada no capítulo antecedente – ele participava que, em razão de uma pequena diligência entre a tropa e os gentios de Geba, ia partir para aquele ponto, de onde esperava em breve regressar ao seio da família (ALMEIDA, 1989, p. 35).

Mais adiante, o narrador apresenta a cena da visita de Lopes na casa da família de Maria, trazendo consigo uma carta de recomendação de um oficial chamado Caetano da Silva, amigo de Cláudio Pimentel. A carta trata da convenção de Évora-Monte, que reduziu os oficiais superiores a patente inferior e que foi celebrada em 24 de maio de 1834, após o término da guerra civil entre os anos de 1832 e 1834. Diz o narrador de *O escravo*:

Amigo Cláudio – Depois da última que te escrevi, bastantes desgostos têm passado pelo seu amigo. A desgraçada convenção de Évora-Monte roubou-me – assim, como a muitos – os postos superiores, de forma que me vejo reduzido à patente de alferes, que me foi dada quando parti em serviço para essa província. Contar-te-ei todos os pormenores da campanha, se te não soubesse alheio à política, que – felizmente para vocês – não exerce na África a mesma influência que na Europa [...] (ALMEIDA, 1989, p. 40-41).

Há também referência à construção dos Paços do Concelho da Praia sobre as ruínas de um antigo edifício onde se situava a Casa da Câmara e Cadeia da Vila da Praia:

Na rua que da Igreja Matriz vem em linha directa interromper-se no largo do Pelourinho da Vila da Praia, havia em 1835 uma taverna, situada quase em frente da casa da Câmara e Cadeia da Vila; edifício que – naquela época – estava bem longe de presumir que de suas ruínas surgissem os elegantes e sórdos Paços do Concelho, que hoje aformoseiam o largo (ALMEIDA, 1989, p. 81).

Quase não há elementos regressivos na narrativa, e o tempo está mais condensado, curto, o que é necessário para eclodir o conflito de



tensão dramática quando se enfatiza o golpe dos militares e a manobra absolutista em Cabo Verde, bem como o jogo do vilão Lopes em assegurar que os escravos fossem indiferentes à revolta. O levante militar na Vargem da Companhia apresenta-se no décimo sétimo capítulo de *O escravo*:

As duas da madrugada do dia 21 de março de 1835, uma escolta de dez homens saiu do quartel e foi postar-se às estradas da habitação do prefeito. Logo em seguida uma outra de vinte –comandada por Aleixo –foi correndo as casas dos oficiais, os quais enganados pelos impedidos, davam-se pressa em vir fora cair na ratoeira que se lhes armara [...] (ALMEIDA, 1989, p. 131).

Destaca-se a ausência da rebelião de escravos, ocorrida em dezembro de 1835 em Cabo Verde. Num primeiro momento pode-se inferir que a verdadeira razão da omissão pode residir no tempo da diegese de *O escravo*, pois ela termina antes da rebelião, com a partida de Maria e da sua mãe para a Guiné. Todavia, Cláudia Almeida (2009) oferece ao fato outra explicação: o motivo seria ideológico, pois, no romance, o papel de vilão está reservado ao(s) branco(s). É significativo destacar como a pesquisadora traça os dados oferecidos no romance, cruzando os elementos de ambas as revoltas:

Os rebeldes do romance são soldados açorianos, mas algumas locações ali citadas são palco, de fato, da Revolta dos Escravos. Por exemplo: no local onde, no romance, teriam sido assassinados os oficiais pelos soldados rebeldes, chamado “Fonte Ana”, perto da Vila da Praia, ocorreu o embate entre os negros rebelados e os brancos, na Revolta do mês de dezembro do referido ano. É ali que acontece uma emboscada aos negros, organizada pelos brancos que, com antecedência, haviam sido prevenidos por um escravo traidor. Portanto, o escritor mesclou, em seu romance, distintos episódios da história local, amalgamando ficção e realidade. (ALMEIDA, 2009, p. 67-8).

Assim, pode-se considerar que o narrador constrói o tempo da narrativa em dois momentos: um primeiro, mais lento, em que utiliza alguns elementos regressivos, e um segundo, mais rápido, com sequências lineares. Dessa forma, a narrativa temporal submerge em anacronias, em manobras temporais em analepses, nas quais se identificam situações dos atuais eventos de partida. No primeiro capítulo, a narração, enquanto ponto de vista temporal será “ulterior” e o presente tem o papel de “centro coordenador”, permitindo, condicionando e interrompendo as digressões efetuadas no pretérito. O desenvolvimento da história ocorre a partir de acontecimentos do passado, evocados insistentemente na narrativa.



Em relação ao momento, verifica-se um hiato no tempo, o que estabelece o vínculo entre o antes e o depois, dando a entender que o que ocorre nessa brecha temporal não é significativo para o relato. As sucessões são mais lineares, com elementos progressivos, a ponto de cada capítulo corresponder a alguns dias.

Esse conjunto de informações temporais demonstra a preocupação do narrador de manter-se fiel aos acontecimentos, mostrados como verossímeis. Apresentam-se como quadros que passam a ser registrados ordenadamente, conforme a sucessão temporal. Entretanto, apesar dessa linearidade cronológica, há vários episódios narrados em analepse, como já exposto. No segundo capítulo, o narrador relata a história de Cláudio Pimentel: a sua vinda de Santo Antão, a rápida ascensão na carreira militar – apesar da sua condição de indígena –, o casamento, o nascimento dos filhos, a compra da propriedade no sítio de B....

Há também o cruzamento de diegeses, criando uma história dentro de outra história, como é o caso das diegeses narradas por Domingos e por Júlia, respectivamente: na primeira, a contação da história da feiticeira tem, sobretudo, um propósito recreativo, embora seja possível detectar alguma relação simbólica com a ação principal; na segunda, dedicada a contar a história da escravidão dos negros africanos, percebe-se não apenas a atuação de Júlia como contadora de histórias – *griot* –, mas também o passado da protagonista e a relação de parentesco de João com Maria, de quem vem a ser tio.

O passado de Júlia, de Maria e de João torna-se decisivo na vida presente, pois somente pelo passado o discurso do presente se justifica, como um fio conduzindo ao outro, como categoria determinada a reger o determinante presente da história. A harmonia dos escravos e patrões soa como acontecimentos corriqueiros em Cabo Verde, porém, avaliados, passam a marcar os contrapostos da violência física e dos maltratos de proprietários não cristãos. Os acontecimentos passados, observados em seu estado de duração, ocorrem num contínuo de quadros da lembrança dele emanados. João não morre simplesmente fisicamente: seus gestos, padecimentos, angústias e palavras duram como um quadro vivo e dinâmico, dentro e fora da personagem, fluindo sem cessar na narrativa.

Em relação aos procedimentos estruturais, eles apresentam-se ordenados ou subordinados, formando blocos narrativos, reiterando situações semelhantes, a fim de tipificar Cabo Verde. Estabelece-se, assim, um encadeamento entre os capítulos através de ideias associativas, com sequências narrativas no mesmo nível. Nos vinte capítulos de *O escravo*, as sequências entrecruzam a história de João com a de Júlia, de Luiza e da família de Maria pelo vínculo familiar, completando o sentido da trama, todas elas ligadas pela moral da história que o autor cons-



trói. Uma moral que é enfatizada pelo discurso narrativo do antes da escravidão e do depois: escravos instruídos e livres e escravos revoltados e assassinos, dois planos que se cruzam para redundar os aspectos da escravidão em Cabo Verde e a necessidade da reforma educativa e abolicionista.

O discurso direto oferece a ideia de que a narrativa se conduz pela objetividade, isolando-se num contexto temporal definido, o que permite reproduzir os matizes e as peculiaridades das expressões das personagens que falam, aproximar o leitor da realidade ficcional e acentuar a condição vivida por essas personagens.

A morte de João encerra o tempo trágico da narrativa e o final do romance é o re-encontro da família de Maria, dois meses depois, em Guiné-Bissau. O tempo reduzido condensa toda história passada num instante narrativo, oferecendo ao leitor apenas a existência da continuidade mestiça. As demais personagens principais, como Júlia, ou ainda secundárias, como Luiza, silenciam e desaparecem nos escombros da narrativa, ficando apenas a família nuclear mestiça de Cabo Verde, reafirmando a metáfora de que em Cabo Verde a mestiçagem faz com que todos sejam parentes, alegoria da grande família.

Outro aspecto a salientar é o fato de que o romance *O escravo* é dominado pela pedagogia, pois, nele, personagens como Maria, João, Júlia e Luiza são produtos “acabados”, com qualidades próprias do seu meio e da criação estética romântica, e donos de uma excepcional vitalidade de espírito que domina o enredo, irradiando a razão contra a obscuridade.

O narrador apresenta Maria transitando entre os escravos, sem preconceitos, encarnada do poder da sedução, do entendimento e da virtude; sob sua influência, desaparecem os vícios e as limitações de deformações sociais morais das mais diversas ordens. Toda a narrativa forma-se numa roda em torno da bondade e da inocência desta personagem.

O discurso do romance *O escravo* caracteriza-se pela tentativa de pactuação com a violência, tão abrangente e difusa quanto o esforço do narrador em tudo harmonizar; na impossibilidade da aliança entre o escravo João e a mestiça Maria, há toda a extensão da coerção social pretendida no discurso narrativo.

Essa humanização deixa transparecer o substrato essencialmente violento que governa a relação escravocrata e seu mundo social correspondente. A ação discursiva a que o narrador se dedica consiste em converter essa massa enorme de violência social, difusa, em um pacto em torno do progresso de Cabo Verde. A coerção internaliza-se, por assim dizer, como regulador subjetivo das expectativas recíprocas das personagens: torna-se a índole benéfica do proprietário ou a amizade do



escravo pela família. Constatase que todo o discurso aplicado nessa operação representacional indica a extensão da violência social que o narrador busca encobrir e converter em energia política para o progresso. Do ponto de vista desse discurso, a escravidão é apenas um aspecto funcional, embora extremamente significativo para a sociedade.

No romance em análise, a violência é representada na forma de uma detenção amorosa e escrava, na diferença entre dono e propriedade, bem como na ação de uma força que pode ser identificada como a existência de um Estado colonial hierarquizado, que usa a discriminação racial e a tortura psicológica como normas correntes. Observa-se o depoimento do escravo João na narrativa:

_ Desenvolvestes em mim sentimentos que não se compadeçam com a condição do escravo – mostraste-me o caminho do saber, entrei nele – caminhei a passos agigantados – mas chegando ao meio, uma voz sinistra me brada: “escravo” e eu recuo horrorizado! Abristes-me as portas do entendimento, mas quando busco ler no livro do meu futuro, encontro em todas as páginas a palavra escravo, escrita com caracteres pretos, oh! Pretos como o meu semblante!...[...].

_ Ai de mim, senhora! Para que desenvolveste o meu raciocínio a ponto de reconhecer que o escravo pode nutrir heróicos sentimentos? Para que clarificastes a minha inteligência de maneira, que ela me leve a considerar o coração de uma nitidez bem oposta à escuridão do meu rosto? (ALMEIDA, 1989, p. 29-30).

Essa confissão do escravo João transita do plano narrativo para o discurso “interior” da personagem, acrescentando intensidade à cena e reiterando a construção do sujeito escravo negro no discurso. O exercício do poder colonial exige a articulação das formas da diferença racial através desse discurso; portanto, demarca duas formas: o espaço teórico do conhecimento de si e o seu lugar político. Os modos de diferenciação enunciados na obra entre a senhora e o escravo entrecruzam-se perversamente num jogo estratégico, onde o ensinamento é visto pelo sujeito-escravo como uma desgraça ante sua condição psicossocial.

Em outra parte da narrativa mostra-se a insubordinação do escravo João quando adentra o quarto de sua senhora, ao não se identificar pura e simplesmente como uma inépcia, o que parece remeter a um tipo de ameaça que pairaria sobre o corpo social representado pela administração familiar da Colônia: o relacionamento amoroso entre escravo e senhora.



Como resultado dessa atitude, João recebe da patroa a carta de alforria, ficando horrorizado porque, para ele, a forma de sublimar a condição escrava, que ele reconhece como miserável – apesar da bondade da senhora a que serve –, está em poder ser escravo da própria amada. Além disso, a escravidão cria o vínculo necessário para que se mantenha unido à Maria, preferível, portanto, à liberdade. Veja:

Piedade! Piedade!... De que me serve a vida longe de vós? Oh! Dai-me a morte...eu vo-lo peço... Banido, meu Deus! Se a morte instantânea vos parece castigo leve, em relação à enormidade do meu delito, ordenai a tortura física: dai ao menos ao escravo a consolação de presumir que seus queixumes serão ouvidos por aquela, cuja presença é o único bem, que até aqui lhe tem sustentado a vida! Já é impossível pertencer-vos pelo amor, deixai-me –como cativo –continuar a ser vosso. Não, eu não posso obedecer-vos! Ficarei aqui a vosso pesar; e não a minha contumácia vos obrigará a ordenar o castigo que com ânsia vos peço! (ALMEIDA, 1989, p. 102).

Como se observa, é essa estrutura discursiva da escravidão que dá estrutura dramática e dupla ao enredo do romance: primeiro, a legitimação de propriedade e, segundo, o exercício intolerável e ilegítimo do poder que se articula na diferença do Estado Colonial e do Estado da Natureza. O tema central da obra passa a ser a contradição entre o direito e a propriedade – do dono sobre o escravo, e seu estatuto social, que se confunde com o papel de homem e da intensidade de seus desejos.

Toda relação dramática da escravidão passa a derivar da própria condição jurídica do escravo. João nega até o fim sua liberdade, como que expondo a intensidade com que se aferrava à sua condição escrava, incompatível com a liberdade do homem, preferindo negar a si mesmo esse direito social. A escolha de João pela sujeição voluntária se dá como um sacrifício do homem apaixonado pela mulher-patroa Maria, e motiva-se, portanto, pelo amor.

A não aceitação por Maria dessa sujeição encaminha-a para as mãos do vilão português Lopes, bem como conduz João à morte. Sugere, também, que a sujeição de João deve ser sempre do não-europeu, em favor do mestiço, para permitir o advento de sua liberdade. Nesse prisma, é possível ver na morte de João a denúncia da deformação social causada pela escravidão, concomitante com a fundação de um projeto de Nação como caminho a seguir: a morte marca a atribuição de papéis sociais bem definidos, segundo uma hierarquia clara.

Há também o universo referencial de Júlia, a escrava revoltada pelos estupro físicos e psíquicos que não podem ser julgados na sociedade cabo-verdiana da época, por isso, a solução fatídica: sua morte.



Portanto, a constituição das personagens é concomitante à atribuição hierárquica de papéis e indissociável dela enquanto sujeitos sociais. Esses dois movimentos na narrativa indicam o limite histórico da necessária superação da escravidão e uma das formas dessa superação. A liberdade como concessão e o sacrifício da “raça inferior” dão a chave de um movimento interno da obra em direção a ideia de “progresso”. Por outro lado, a representação do negro-escravo como sujeito e elemento *do lugar* sugere o sentido da escravidão para sua constituição como um projeto político. Como etapa transitória e positiva do “progresso”, a escravidão é exposta, simultaneamente, às suas contradições e às suas virtualidades. É ela que introduz Maria nos quadros da família e da cidade, assim como é ela que dignifica João, pondo à prova a sua virtude.

O moralismo do narrador deseja impulsar a família mestiça caboverdiana, célula fundante dessa sociedade, na direção da concessão da liberdade a seus escravos, ou seja, o discurso opera na ideia de que a família, como elemento básico da Nação, seria o agente da proposta de libertação. A extinção da escravidão projetaria a classe mestiça e proprietária a se elevar moralmente e esse modelo abolicionista elevaria moralmente, por sua vez, toda a sociedade.

Maria é o sujeito agente da transformação histórica que propõe José Evaristo de Almeida: senhora, respeitosa, amiga, afetuosa, dedicada à família e zelosa da humanidade de seus escravos, decide, sem lei que a obrigue, dar a liberdade a João, plenamente consciente do sentido redentor e moralmente elevado desse gesto. Ela é a voz da consciência narrativa que o enunciator quer atingir. No jogo da atribuição de papel, é uma jovem instruída, mestiça e livre. Não são brancos nem ricos como Pimentel que dão a direção moral do enredo. Ela é o sonho de um sistema educativo e uma crença na política cristã para a reforma que daria ao habitante da Colônia uma identidade pessoal como o enunciator concebe: dividido entre essas duas forças e o medo de que os escravos pudessem se tornar turbulentos em busca da liberdade.

O móvel pedagógico e didático do romance *O escravo* é o de atribuir a essa personagem um papel transformador, que supera a escravidão quando institui uma ordem social integrada, segundo a atribuição hierárquica de posições. É ela, por conseguinte, a voz responsável pelo duplo movimento, no fundo o mesmo: incorporação subordinada do escravo à sociedade burguesa e delimitação de seu lugar social.

A transformação de que essa protagonista é agente também a afeta, pois o seu escravo é apaixonado por ela. Encarna, portanto, a perfeição do mestiço, fruto do processo escravagista, conforme atesta Nabuco em *O abolicionismo* (1989):

Isso prova a confusão de classes e indivíduos e a extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos, se pode assim dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado (NABUCO, 1989, p. 82).



Daí sua ambiguidade: oferecer alforria concebendo que a liberdade produz enlevo; quando, porém, a escravidão amorosa se impõe, rebaixa-se moralmente. O discurso político projeta Maria como senhora destinada a formar nova família, agora “melhorada pela mestiçagem”.

O percurso da personagem pelo esclarecimento traduz e efetiva a reforma dos costumes por meio da compreensão, por parte dos senhores de escravos, da injustiça fundamental da escravidão. O romance é o veículo móvel dessa prática educativa e, como objeto estético, cabe reconhecer que sua estrutura é tessitura de valor artístico, pela realização acabada que celebra a formação da família burguesa e mestiça sob o beijo no leito de morte do protagonista João: a escravidão amorosa o condenou à morte; todavia a virtude da mestiça, como virtude da Nação, restituiu-se na realidade da sua condição de proprietária burguesa.

Ora, o conceito de raça de José Evaristo de Almeida coaduna-se com o pensamento para o qual a mistura de raça é uma lei virtuosa da evolução da humanidade. A mestiçagem é, para o escritor de Cabo Verde, um valor de importância na medida em que permite a absorção da “raça inferior” pela “raça superior”, com a conseqüente elevação daquela. Trata-se da mestiçagem de certo modo dirigida, mas ainda assim como índice de raça cuja operação é matizada pela história.

Do ponto de vista da escravidão como tema, *O escravo*, pela forma como o próprio enredo se articula, traduz a estrutura do conflito dramático da questão social. Daí a intensidade do meio empregado por José Evaristo de Almeida para estruturar o seu romance sobre a escravidão: cria protagonistas escravo/negro e mestiça/burguesa e institui o diálogo como textura da obra, colocando-os como agentes da própria ação e enunciadores da própria voz. Trata-se de um efeito estético que oferece autonomia a personagens negros e mestiços, ao mesmo tempo em que mostra as contradições que a escravidão encerrava.

Naturalmente, os recursos estéticos usados pelo do autor encerraram as forças históricas. O escravagismo “criou situações nas quais o escravo, tendo se transformado em ferramenta-inteligente, negava em seu comportamento as representações que dele eram feitas” (CARDOSO, 1997, p. 240). Nesse sentido, o escravo doméstico, a exemplo de João, espelhava, na intimidade da casa, a sua humanidade e punha em contradição o seu estatuto jurídico de *coisa*, provocando uma ambiguidade inescapável no comportamento dos senhores.

Essa exploração excessiva de sofrimento por todos os modos de escravatura realça a dominação do colonizador, muitas vezes caricata, num esforço de acentuar a realidade da escravidão. A conseqüência é uma ambiguidade textual e o reforço de uma postura conservadora e hegemônica no que se refere às personagens negras e escravas. O narrador acaba por se colocar no centro do sistema político colonial: o da depen-



dência das colônias – incluída Cabo Verde –, ao Império Português. Ocupa, para isso, um lugar de poder em nome da história, vista a partir de uma perspectiva eurocêntrica, mas humanitária.

Referências

ALMEIDA, José E. de. **O Escravo**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1989.

ALMEIDA, Cláudia B.V. de. **O Escravo: entre a identidade cabo-verdiana e a literatura européia**. 2009, 112 p. Dissertação. (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AMARAL, Idílio. **Santiago de Cabo Verde, a terra e os homens**. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar, 1964.

BUESCU, Helena C. (coord.). **Dicionário do Romantismo Literário Português**. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

CARREIRA, Antonio. **Cabo Verde – formação e extinção de uma sociedade escravocrata 1480/1878**. Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972.

_____. **Notas sobre o tráfico português de escravos**. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, 1983.

CARRIJO, Fabrizia de S. **A busca da adequação entre a forma literária e o momento histórico: um estudo comparativo entre *O Guarani*, de José de Alencar e *O Escravo*, de José Evaristo de Almeida**. 2008, 117 p. Dissertação (Mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 4 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Outra Gente – Editora Fator, 2006.

GOMES, Simone C. O dilema do primeiro romance cabo-verdiano: entre o olhar colonizador e o apelo da cultura tradicional de raiz africana. **Via Atlântica**, São Paulo, V. 6, n. 1, p. 23-45, 2008.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. RJ: Nova Fronteira, 1989.



SILVA, Antonio L. C. Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico. In: Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira dos Santos (org.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995a, v. II, p. 1-16.

SILVA, Antonio L. C. A sociedade agrária: gente das águas (senhores, escravos e forros). In: Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira dos Santos (org.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995b, v. II, p. 275-389.

SOBRERA, Luis. **Uma imagem do campo literário português no período Romântico– contributo para a história da literatura produzida em Portugal entre 1840 a 1860**. 1998, 219 f. Dissertação (mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Recebido em 11 de junho de 2012.

Aceito em 31 de agosto de 2012.

Susanne Castrillon

Professora e pesquisadora do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. O texto resulta de projeto financiado pela FAPEMAT.

Email: lcastrillon1970@gmail.com